CAPÍTULO I

A CRIANÇA E SUA CONTRUÇÃO SOCIAL AO LONGO DA HISTÓRIA

A construção histórica da criança enquanto sujeito social e sua representação na sociedade se deram a partir de relatos feitos por adultos. De acordo com Rocha (2002, p. 52) “a concepção de criança é vivida e apreendida a partir das construções feitas pelos adultos, nas quais, muitas vezes, a criança não pode discursar, defender-se ou falar sobre si mesma”.

Costa (2000, p.) afirma que “até o início dos tempos modernos, a criança não era vista como sendo diferente do adulto, sempre calada, não merecendo ser ouvida, mas vivenciando e assistindo o mundo no qual não era considerada protagonista. Curiosamente se verifica que essa concepção está relacionada com o significado etimológico da palavra. ” No entanto, essa postura era praticada pelos adultos somente até a criança não completar sete anos, após essa idade já era tratada como adulto.

Ariès (1981) citado por Rocha (2002) aponta que nesta época, a criança era tratada como um objeto, não existia sentimento materno, muito menos a necessidade de cuidado ou respeito. Era comum entregar a criança para que outra família cuidasse, sendo devolvida após os sete anos de idade, caso a mesma sobrevivesse. Ainda segundo o pesquisador, “as crianças eram jogadas fora e substituídas por outras sem sentimentos” (...) “Assim, as crianças sadias eram mantidas por questões de necessidade, mas a mortalidade também era algo aceito com bastante naturalidade”. (ROCHA, 2002, p. 55).

Segundo Carvalho, Salles e Guimarães (2002), embora a diferença entre a criança e o adulto seja notada em vários aspectos, não influenciou para que, no passado, a criança fosse tratada como adulto. Ao completar sete anos de idade, as crianças passavam a exercer funções e tarefas, assumir responsabilidades, participar de eventos, vivenciar práticas sexuais e se vestir como adultos. Entretanto Rocha (2002, p. 55) afirma que “isto ocorria porque não acreditavam na possibilidade da existência de uma inocência pueril, ou na diferença de características entre adultos e crianças”.

Carvalho, Salles e Guimarães (2002) também apontam que o tratamento da criança era diferenciado de acordo com sua classe ou gênero, de modo que cada um se encarregasse de aprofundar na área que lhe pertencia. Assim, o menino branco de elite era bem-educado, doutrinado, estudava em colégios e aprendia sobre como liderar, enquanto a menina branca aprendia os a fazeres ditos femininos, se preparando para cuidar da família e dos filhos, quando adulta. Por outro lado, a criança pobre ou escrava trabalhava e tinha que ser produtiva, aprimorando cada vez mais suas habilidades, seguindo os exemplos do pai trabalhador. Sendo assim:

“As vivências da infância eram radicalmente diferenciadas, definidas pela sua inserção social, por pertencimentos raciais e de gênero. Isso determinava diferentes processos e conteúdos de aprendizagem em instâncias distintas, o colégio, no caso da criança de elite, ou o trabalho, no caso da criança pobre ou escrava”. (CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES, 2003, p. 14).

De acordo com os autores “a criança participava das atividades coletivas de seu grupo social, através das quais exercia seu aprendizado para a vida adulta. O universo infantil não era destacado do universo adulto.” (2003, p. 13). Neste sentido Costa afirma:

Por volta do século XIII, a criança era pública e considerada como parte da família que garantia sua continuidade. Na hora do seu nascimento, apesar de o parto acontecer em casa, local privado, este era assistido por várias mulheres das proximidades, o que tornava um ato público. Quando a criança começava caminhar, devia dar os primeiros passos em local público, preferencialmente onde repousassem seus ancestrais. (COSTA, 2000, p.2).

Mais tarde, os pais passam a dar mais atenção aos filhos, vindo a perceber a necessidade de preservar a vida e saúde, bem como cuidar da sua educação da criança. Rocha (2002, p. 56) aponta que o pesquisador Ariès (1981) define esse período como “sentimento de infância”, além de relacionar a história da infância à história da família, que foi se constituindo e se tornando privada.

Costa (2000, p. 3-4) revela que segundo Ariès (1981) “para combater essa educação privada, a Igreja e o Estado resolveram tomar o encargo educativo”. A autora ainda cita que foi diante da nova postura adotada pelo poder político e religioso que colégios e instituições de ensino foram fundadas, assumindo o compromisso, que antes era feito pelas mulheres, de cuidar e educar as crianças.

Neste contexto, Rocha (2002, p.55) também aponta que “preservar e cuidar das crianças seria um trabalho realizado exclusivamente pelas mulheres, no caso, as amas parteiras, que agiriam como protetoras dos bebês, criando uma nova concepção sobre a manutenção da vida infantil”. A autora aponta o pesquisador Philippe Ariès como fundamental para a compreensão do conceito de infância.

ARIÈS é considerado o precursor da história da infância, pois foi através de estudos realizados por ele, com várias fontes, como a iconografia religiosa e leiga, diários de família, dossiês familiares, cartas, registros de batismo e inscrições em túmulos, que surgem os primeiros trabalhos na área de história, apontando para o lugar e a representação da criança na sociedade dos séculos XII ao XVII. (2002, p. 53).

Ao longo desse processo histórico, a concepção de que criança é diferente do adulto se deu com o advento da escola moderna, afirmando a necessidade de se aprofundar no conhecimento sobre a infância. A criança então passa a ocupar um lugar significativo na sociedade, sendo reconhecida como sujeito social, que possui sentimentos, desejos, vontades, além de se tornar elemento fundamental para compreensão do adulto. Rocha afirma que:

A preocupação da família com a educação da criança fez com que mudanças ocorressem e os pais começassem, então, a encarregar-se de seus filhos. Consequentemente, houve a necessidade da imposição de regras e normas na nova educação e a formação de uma criança melhor doutrinada atendendo à nova sociedade que emergia. (2002, p. 57).

As definições de criança e infância se tornam, muitas vezes, confusas, portanto Franco (2002) cita que “Barbosa, ao falar de crianças e infâncias (no plural), aponta as ideias de Sarmento e Pinto (1997) sobre a importância da definição e da delimitação desses conceitos. Esses autores diferenciam essas duas categorias da seguinte forma: “(...) crianças existiram desde sempre, desde o primeiro ser humano, e a infância como construção social (...) existe desde os séculos XVII e XVIII” (2000, p. 101). (FRANCO, 2002, p. 30).

Diante disso, compreende-se que todos os autores pesquisados colaboraram de forma significativa para entendimento sobre construção da criança ao longo da história, bem como a compreensão do conceito infância, enfatizando todo o processo de lutas contínuas que resultaram em um reconhecimento da especificidade da mesma. Tal reconhecimento abriu caminho para estudos aprofundados, buscando a compreensão do desenvolvimento e necessidades da criança.

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA

Com este novo cenário, a psicologia infantil passa a buscar compreensão sobre a infância, de modo que esta explique o desenvolvimento infantil bem como a construção do seu conhecimento. Para KRAMER “essas informações são especialmente importantes, pois delas derivam subsídios fundamentais para a prática pedagógica nos diferentes níveis da escolaridade”. (1991, p. 20).

Por outro lado CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES apontam:

As investigações tradicionais da psicologia levaram a tornar absolutos e universais padrões de comportamento investigados numa determinada cultura e grupo social, transformando-os em padrões de normalidade, a partir dos quais cada criança será avaliada através de testes de desempenho padronizados. (2003, p. 15).

Os estudos da psicologia sobre a infância levaram a uma padronização do desenvolvimento e comportamento da criança, comprometendo aos demais que não se adequavam aos mesmos. No entanto, esses estudos foram baseados em uma pesquisa com um número reduzido de pessoas. Diante disso, afirma-se que o desenvolvimento da criança não deve ser considerado padrão e universal, uma vez que esta cresce e evolui de acordo com meio em que se está inserida.

Cada criança vive a experiência infantil no interior de uma determinada cultura que lhe dá significação.... Ou seja, os padrões de desenvolvimento são aí definidos pelo repertório de saberes, valores e práticas dados pela cultura, sendo impossível definir um padrão universal. (CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES, 2002, p. 16).

LEIS

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, a educação infantil é a “primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas...” (BRASIL, 2010, p. 12).

O estatuto da criança e adolescente, responsável pela proteção íntegra à criança e ao adolescente, lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, considera criança a pessoa até os 12 anos de idade.

O Estatuto da criança e do Adolescente – ECA foi um importante ponto de partida para a política da criança/adolescente como sujeito de direitos, como cidadã. Sua aprovação resultou de uma intensa atividade dos movimentos sociais em favor da criança e do adolescente, envolvendo grupos e instituições ligados ao Fórum Nacional de Crianças e Adolescentes e contando com apoio de vários setores relevantes da sociedade civil. Desde sua criação até agora, muitos passos foram dados. (ABRAMOVAY, 1999, p. 155).

O ECA trouxe avanços para a legislação brasileira, no entanto foram levantadas discussões acerca dessa lei,

O Estatuto da criança e do Adolescente – ECA foi um importante ponto de partida para a política da criança/adolescente como sujeito de direitos, como cidadã. Sua aprovação resultou de uma intensa atividade dos movimentos sociais em favor da criança e do adolescente, envolvendo grupos e instituições ligados ao Fórum Nacional de Crianças e Adolescentes e contando com apoio de vários setores relevantes da sociedade civil. Desde sua criação até agora, muitos passos foram dados. (ABRAMOVAY, 1999, p. 155).

FRANCO aponta que “ a Convenção Internacional sobre Direitos da Infância (1989) discute os diferentes compromissos que a sociedade deveria assumir com respeito à infância”. (2002, p. 34).

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, Editora LCT, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil/Secretaria de Educação Básica. -. Brasília: MEC, SEB, 2010.

COSTA, Márcia Rosa da. *INFÂNCIA – forma de conceber e tratar a infância.* Porto Alegre, 2000.

FRANCO, Márcia Elizabete Wilke. Compreendendo a Infância. Porto Alegre: Mediação, 2002.

CARVALHO, Alysson. SALLES, Fátima. GUIMARÃES, Marilia . *Desenvolvimento e Aprendizagem.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex- UFMG, 2002.

REDIN, Euclides. Educação Infantil: construção da cidadania e prática pedagógica. In: Paixão de aprender, n. 7. Porto Alegre, Jun. 1994, p.48-53.

ROCHA, Rita de Cássia Luíz da. *História da infância: Reflexões acerca de algumas concepções correntes.* Guarapuava, 2002.

SALLES, Fátima e FARIA, Vitória. Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. Editora Ática; 2012.

PRÉ-PROJETO TCC

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a alfabetização pode influenciar positiva ou negativamente no desenvolvimento da criança enquanto aluno. Portanto este trabalho busca apresentar as principais delas, analisando como essa prática tem se dado dentro do espaço escolar.

A alfabetização na educação infantil é de suma importância e deve acontecer de forma prazerosa, despertando o imaginário e a criatividade da criança, assim o lúdico, a música e o brincar entram como papel fundamental para o desenvolvimento da mesma, possibilitando vivenciar experiências que irão prepará-las para os anos iniciais do ensino fundamental.

De acordo com pesquisas e estudos, acredita-se que as práticas pedagógicas devem proporcionar momentos onde o aprendizado seja consequência desta ação. Com isso se faz necessário investir em estratégias

COSTA (2000, p. 4)

A criança passa a ocupar um lugar significativo na sociedade, sendo reconhecida como sujeito social, que possui sentimentos, desejos, vontades, se tornando fundamental para compreensão do adulto.